

# UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA SOBRE O ABUSO SEXUAL INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM SAÚDE

Bruna de Araújo Loiola<sup>1</sup>  
Paula Marciana Pinheiro de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

O abuso sexual infantil ao longo da história tem vitimizado crianças e adolescentes, fazendo parte da realidade da vida das crianças e de suas famílias. Essa violência se caracteriza como uma violação dos direitos humanos e também como uma questão de saúde pública. Objetivo: Identificar na literatura científica estudos relacionados ao abuso sexual infantil e sua relação com a Gestão em Saúde. Método: Revisão Integrativa da Literatura realizada a partir da base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde. Sendo utilizados os seguintes descritores: abuso sexual infantil, delitos sexuais e pessoal de saúde. Após o refinamento restaram 07 artigos, sendo 05 na base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e 02 na base de dados Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica. Resultados: Foram selecionados sete artigos para compor a amostra da revisão, os quais foram descritos com autor, ano, objetivos, detalhamento metodológico e resultados. O abuso sexual infantil se configura como problema de saúde pública devido sua incidência e danos causados na vida das vítimas: problemas emocionais, psiquiátricos, sociais e físicos. Existe uma ausência de qualificação dos profissionais de saúde frente a essa violência, descrito este como temática importante. Conclusão: Conclui-se que o abuso sexual infantil ainda é bastante presente em nossa sociedade, apesar de ser pouco discutido. Destaca-se também uma urgência em qualificar profissionais de saúde acerca do tema.

**Palavras-chave:** Abuso sexual infantil. Delitos sexuais. Gestão em Saúde. Pessoal de saúde.

## ABSTRACT

Child sexual abuse throughout history has victimized children and adolescents, being part of the reality of the lives of children and their families. This violence is characterized as a violation of human rights and also a public health issue. Objective: To identify, in the scientific literature, studies related to child sexual abuse and its relationship with Health Management. Method: Integrative Literature Review carried out from the Virtual Health Library database. To select the studies in the sample, important databases such as Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences and Medical Literature Analysis and Retrieval System Online were used. The following descriptors are used: child sexual abuse, sexual offenses and health personnel. After the refinement, 07 articles remained, 05 in the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences database and 02 in the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online database. Results: Seven articles were selected to compose the review sample, which were described with author, year, objectives, methodological details and results. Child sexual abuse is a public health problem due to its incidence and damage to the victims' lives: emotional, psychiatric, social and physical problems. There is a lack of qualification of health professionals in the face of this violence, which is described as an important issue. Conclusion: It is concluded that child sexual abuse is still very present in our society, despite being little discussed. There is also an urgent need to qualify health professionals on the subject.

**Keywords:** Child sexual abuse. Health management. Health personnel. Sex offences.

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Especialização em Gestão em Saúde pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo Aracati.

<sup>2</sup> Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. Docente do curso de Enfermagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente o abuso sexual infantil é uma temática de grande destaque e vem sendo constantemente debatido, devido as consequências causadas na vida das vítimas. O abuso sexual é qualquer ação, onde a criança ou o adolescente são usados por agressores com o intuito de obter satisfação sexual, que pode ser com ou sem contato físico e baseia-se em uma relação de poder do adulto sobre a criança (CRUZ; OLIVEIRA, 2015).

Para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o abuso sexual pode ocorrer dentro ou fora da família e acontece pela utilização do corpo de uma criança ou adolescente para a satisfação sexual de um adulto ou de um adolescente, com ou sem o uso da violência física (CONANDA, 2010).

No Brasil, o abuso sexual se configura como o segundo maior tipo de violência. De acordo com os dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a cada hora, três crianças são abusadas no Brasil, e cerca de 80% dos casos acontece dentro de casa. Uma, em cada três a quatro meninas, será vítima de abuso e exploração sexual antes dos 18 anos, entre os meninos um em cada seis a dez. (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2020).

É necessário destacar que pais vitimizam não apenas suas próprias filhas, como também seus filhos. Em sua maioria esmagadora, as meninas, representam cerca de 90% do universo de vítimas. De outra parte, as mulheres agressoras sexuais estão entre 1% e 3%. (SAFIOTTI, 2015).

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Estado do Ceará (SSPDS-CE) registrou entre janeiro e junho de 2015 uma média de 623 crianças que sofreram algum tipo de atentado violento ao pudor e estupro. Destes 534 foram praticados contra meninas e 89 contra meninos (SSPDS-CE, 2015).

Estudos mostram que o abuso sexual contra crianças traz diversas consequências e deixam marcas físicas, psíquicas, sexuais, sociais e outras. Além de contribuir com a negação dos valores universais e com a violação dos direitos como respeito, dignidade e liberdade que estão previstos na Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ABRÁPIA, 1997; CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008; FURNISS, 1993).

No âmbito da saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu o mandato específico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para promover o direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, mediante a atenção integral à saúde, que pressupõe o acesso universal e igualitário aos serviços, de acordo com as suas necessidades (BRASIL, 2010).

As crianças vítimas de abuso sexual devem ter acesso a saúde de forma integral. O direito à saúde está baseado no princípio dos direitos humanos, dentre eles: Constituição Federal e ECA, como também nas leis orgânicas de saúde que criaram o Sistema Único de Saúde (SUS). No

entanto, as ações da saúde são quase inexistentes para as crianças que vivem nessa realidade, onde se faz necessário que sejam desenvolvidas ações e encaminhamentos adequados das diversas situações de violência que envolve as crianças.

No que se diz respeito aos gestores de saúde, essa pesquisa visa contribuir de forma significativa, pois esses profissionais precisam ter capacidade de conduzir os problemas que se apresentam diariamente no seu exercício profissional.

O gestor de saúde, seja qual for sua esfera de atuação, deve ter uma visão ampliada de saúde, ser capaz de uma priorização adequada dos problemas e necessidades da comunidade e de executar o modelo de atenção integral (ANDRÉ; CIAMPONE, 2007).

Há uma necessidade e urgência da gestão em saúde discutir sobre essa temática, realizar capacitações e ações permanentes para que haja uma boa condução e manejo em casos de violência, buscando também ser sensível a essa problemática, além de ter uma boa articulação com outros gestores e outras instâncias.

O profissional de saúde, neste ensejo, deve estar sempre atento a sinais e sintomas deste agravo, identificando as situações nos seus atendimentos diários e buscar promover ações para o enfrentamento do problema. Os artigos 13 e 245 do ECA estabelecem a obrigatoriedade dos profissionais de saúde ou qualquer outro profissional de notificarem aos Conselhos Tutelares as situações suspeitas ou confirmadas de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Sendo assim, a área da saúde se constitui em um espaço privilegiado para identificação de situações que envolvem o abuso sexual infantil, onde profissionais da saúde devem compreender essa problemática para atuar com ética nesses casos, cumprindo sempre com a determinação do ECA, assegurando e garantindo os direitos das vítimas.

## **2 OBJETIVO GERAL**

Identificar na literatura científica estudos relacionados ao abuso sexual infantil e sua relação com a Gestão em Saúde.

## **3 MÉTODO**

A pesquisa tratou-se de uma Revisão Integrativa de Literatura, que consiste em uma análise ampla da literatura contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. Esse método se baseia em estudos anteriores, onde se busca um entendimento mais profundo sobre um determinado fenômeno (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A revisão atendeu a metodologia apresentada por Mendes (2008) que possui seis fases a serem percorridas: 1) estabelecimento da hipótese ou questão de pesquisa; 2) amostragem ou busca na literatura; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão; 5) interpretação dos resultados e 6) síntese do conhecimento ou apresentação da revisão.

O primeiro passo para a elaboração da revisão integrativa iniciou-se com a definição de um problema e a formulação de uma hipótese ou questão de pesquisa que apresente relevância para a saúde (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Essa primeira etapa refere-se a escolha do tema a ser pesquisado. A pergunta norteadora foi: Quais são os estudos na literatura científica relacionados ao abuso sexual infantil e sua relação com a Gestão em Saúde?

A segunda etapa consistiu em realizar uma busca na literatura, utilizando critério de seleção. Esta etapa está atrelada a anterior e a abrangência do assunto a ser estudado determina o procedimento de amostragem, ou seja, quanto mais amplo for o objetivo da revisão mais seletivo deverá ser o revisor quanto à inclusão da literatura a ser considerada (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

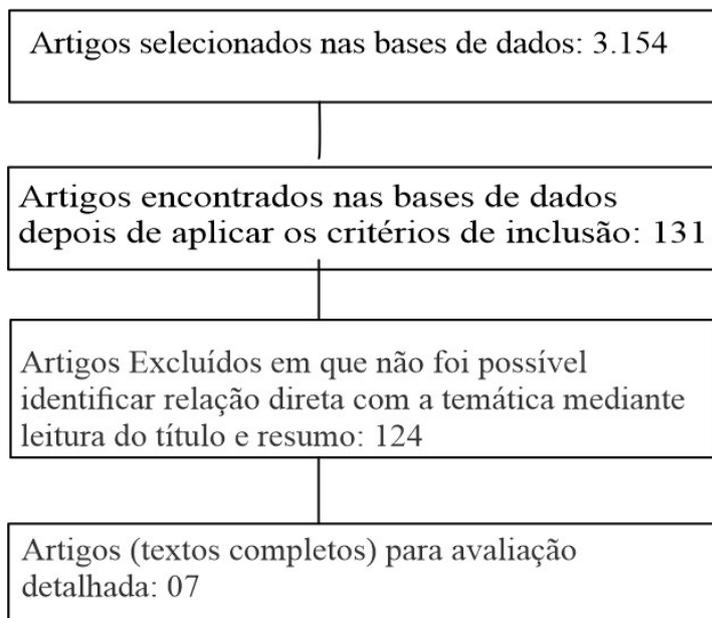
Para a seleção dos estudos, realizou-se uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em bases de dados importantes no contexto da saúde: MEDLINE e LILACS. O levantamento dos artigos foi realizado nos meses de agosto e setembro de 2021.

A seleção obedeceu aos critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos dez anos (2011-2021), Revisão integrativa, artigos gratuitos disponíveis na íntegra e no idioma português. Os critérios de exclusão utilizados foram: artigos repetidos, dissertações, editoriais e teses.

Foram adotados descritores controlados com finalidade de se obter uma ampla busca na literatura acerca da temática tratada. Utilizou-se os seguintes descritores controlados: abuso sexual infantil, pessoal de saúde e delitos sexuais.

O entrecruzamento dos descritores controlados foi mediado pelo operador booleano “AND”, conforme as estratégias apresentadas a seguir:- Estratégia 1 (E1): abuso sexual infantil AND pessoal de saúde (605 artigos encontrados) – Estratégia 2 (E2): abuso sexual infantil AND delitos sexuais (1900 artigos) – Estratégia 3 (E3) pessoal de saúde AND delitos sexuais (649 artigos). O processo de seleção dos artigos está representado abaixo:

**Figura 1** - Fluxograma do processo de seleção dos artigos da revisão integrativa. Aracati-Ceará-Brasil, 2021



A terceira etapa refere-se à categorização dos estudos, é a definição das informações que são retiradas de estudos selecionados, utilizando um instrumento para reunir e sintetizar as principais informações. Os dados podem ser agrupados por: título do artigo, ano de publicação, nome dos autores, objetivos, metodologia utilizada e resultados (LUSTOSA AP et al., 2014).

A avaliação dos estudos incluídos na revisão se refere à análise dos dados em uma pesquisa convencional, na qual há o emprego de ferramentas apropriadas. Para garantir a validade da revisão, os estudos selecionados devem ser analisados de forma detalhada. A análise deve ser realizada de forma crítica, procurando explicações para os resultados diferentes ou conflitantes nos diferentes estudos. (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Na última etapa deve ser realizada uma síntese do conhecimento ou apresentação da revisão, onde os resultados devem ser claros, que permita ao leitor fazer avaliações criticamente. As informações precisam ser bem detalhadas e baseadas em metodologias contextualizadas. A apresentação dessa revisão busca apresentar ao leitor uma revisão elaborada, mostrando a importância da temática em questão.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após a análise de dados foram selecionados sete artigos. A seguir encontra-se uma representação da análise dos textos selecionados para a amostra da revisão presente no Quadro 1, onde foram apresentadas as referências dos estudos, ano, títulos, objetivos, detalhamento metodológico e resultados.

**Quadro 1** - Apresentação da síntese dos artigos incluídos na amostra total da revisão integrativa. Aracati – Ceará - Brasil, 2021.

Autor\ano	Título	Objetivo(s)	Detalhamento metodológico	Resultados
Cruz MA et al. 2021.	Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa.	Identificar as repercussões do abuso sexual experienciado na infância e na adolescência.	Trata-se de uma revisão integrativa de literatura realizada no mês de setembro de 2018, a partir da base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde.	Os estudos evidenciaram que pessoas que experienciam abuso sexual na infância e na adolescência apresentam repercussões de ordem psicológica, física, sexual e social, as quais perduram por toda vida. O estudo oferece subsídios para alertar profissionais de saúde quanto à necessidade de investigarem sinais e sintomas sugestivos de abuso sexual, visto que experienciar tal agravo traz inúmeras repercussões para vida das vítimas.
Silva PLN et al. 2021.	Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil.	Identificar a percepção de enfermeiros quanto aos desafios enfrentados durante sua atuação frente à violência sexual infantojuvenil.	Estudo descritivo, exploratório, qualitativo, realizado com seis enfermeiros atuantes na Estratégia de Saúde da Família.	Observou-se insegurança e dificuldade desses profissionais de agir em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.
Chaves LN et al. 2020.	Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da Amazônia brasileira: um estudo exploratório-descritivo	Descrever a epidemiologia da violência sexual infantojuvenil admitidas em um hospital de referência de Macapá (AP), Amazônia Brasileira.	Estudo exploratório-descritivo, com abordagem quantitativa, realizado em um hospital infantojuvenil de referência estadual, situado no município de Macapá (AP), acerca dos atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual durante o ano de 2016, mesclando dados públicos e de prontuários.	O agressor do sexo masculino foi o mais prevalente 69,1% e 37,7% deles eram desconhecidos da vítima. A própria residência da vítima foi o local com maior índice de casos 49,1%, sendo que 81,8% ocorreram na cidade de Macapá.
Deslandes S; Cavalcanti LF; Vieira LJS; Silva RM. 2015.	Capacitação profissional para o enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará, Brasil.	Identificar as iniciativas de capacitação aos profissionais da rede pública municipal de Fortaleza, Ceará, Brasil, para o enfrentamento de violências sexuais contra crianças e adolescentes.	Estudo de caso de caráter exploratório, que permitiu realizar descrições e aferir inferências sobre relações, fenômenos e práticas.	Segundo a maioria dos gestores, as violências sexuais, especialmente a exploração sexual, não são abordadas nas capacitações, apesar do reconhecimento dessa necessidade.
Batista V; More CLOO; Krenkel S. 2016.	A tomada de decisão de profissionais frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil: uma revisão integrativa.	Compreender os fatores que influenciam a tomada de decisão profissional e suas implicações para a prática frente ao abuso sexual.	Trata-se de uma revisão integrativa da produção científica, nacional e internacional, sobre a tomada de decisão em situações de abuso sexual infanto-juvenil.	Os resultados indicaram que entre os fatores que influenciam os profissionais frente à tomada de decisão estão: questões de gênero, idade da criança ou adolescente, orientação sexual do autor da violência, presença de evidências relacionadas ao abuso sexual, tempo de

				experiência profissional, variáveis cognitivas e crenças religiosas.
Ávila JA.; Oliveira AMN.; Silva PA. 2012.	Conhecimento dos Enfermeiros frente ao abuso sexual.	Conhecer a prática profissional dos enfermeiros de cinco Unidades Básicas de Saúde da família de um município do extremo sul do Brasil, quanto ao abuso sexual com crianças e adolescentes.	Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido com sete enfermeiras pertencentes às sete equipes da Estratégia de Saúde da Família por meio de entrevista semiestruturada, enfocando o conhecimento acerca da intervenção ante a suspeita de abuso sexual na infância e na adolescência.	Os resultados apontam que os profissionais se sentem despreparados, desprotegidos e decepcionados com relação às medidas tomadas para confirmar ou não os casos de suspeita de abuso sexual.
Trabbold VLM; Caleiro R CL; Cunha CF; Guerra A MC. 2016.	Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual.	Compreender as práticas discursivas dos profissionais de saúde sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.	Trata-se de parte dos resultados de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, por privilegiar o trabalho com um universo de “significados, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes” dos sujeitos.	Os resultados indicam que, dentre os vários fatores que propiciam e/ou mantêm a violência sexual na forma de exploração comercial sexual de adolescentes, está a desigualdade econômica e social, aliada à desigualdade de gênero, pouco reconhecida pelos profissionais.

De acordo com os artigos encontrados, pode-se perceber que eles retratam principalmente sobre a ausência e necessidade dos profissionais de saúde possuírem uma capacitação adequada para no seu exercício profissional lidar com esse tipo de violência. Os resultados mostram que há despreparo e insegurança para saber agir nessas situações, pois há pouca discussão e capacitações sobre o abuso sexual infantil, dentre eles os gestores de saúde.

O abuso sexual infantil possui um caráter social, histórico e cultural que também pode ser considerado como problema de saúde pública devido sua incidência e danos causados nas vidas das vítimas. Esse tipo de violência, na maioria das vezes, torna-se um grande desafio aos profissionais de saúde devido à falta de preparo e capacitação frente a essa violência.

A qualificação dos profissionais de saúde é um assunto de extrema importância para ser discutido no que se diz respeito ao combate ao abuso sexual na infância, porém os achados mostram que há uma grande necessidade de qualificação desses profissionais para que haja uma melhor atuação.

A falta de visibilidade do problema e a falta de preparo dos profissionais para lidar com essa questão é um fator determinante para o sucesso durante as abordagens das vítimas de abuso sexual. Uma grande dificuldade desses profissionais é identificar os casos com exatidão, como

também a falta de capacitação para atuar frente a esse assunto. Há uma necessidade de treinamentos específicos para este tipo de atendimento (SILVA; FERRIANI, 2012).

Os profissionais de saúde devem conhecer quais as características que permeiam essa violência, devem estar capacitados para cumprir com a legislação de proteção à criança e tomar as devidas atitudes diante desses casos.

Os casos de abuso sexual infantil não podem continuar sendo vistos apenas como um problema que é de responsabilidade da polícia, já que, muitas vezes é para os hospitais que se dirigem a maioria das vítimas com lesões graves. Nesse espaço a atuação dos profissionais deve contribuir para prevenir e romper com o ciclo dessa violência (MAGALHÃES et al., 2009).

O artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como infração administrativa a não comunicação de violência e maus tratos à autoridade competente pelos médicos, professores, responsáveis por estabelecimento de atenção à saúde, de ensino fundamental e educação infantil, sujeita à multa de três a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (BRASIL, 2010).

O ECA também não impõe que gestores de saúde e demais profissionais tenham atitudes policiais, mas que informem às autoridades responsáveis por esses casos as devidas informações, para que medidas sejam tomadas que venha a garantir proteção e segurança. (BRASIL, 2010).

Algeri e Souza (2008) ressalta a importância dos profissionais da saúde nos três níveis de atenção: primário, secundário e terciário.

Na atenção primária, esses profissionais devem atuar através de programas de assistência pré-natal, promovendo a permanência conjunta da mãe com o recém-nascido no hospital, incentivando a participação do pai na sala de parto, robustecendo atitudes que fortaleçam o vínculo primário, o apego criança e família (ALGERI; SOUZA, 2008).

Na atenção secundária os profissionais de saúde precisam identificar famílias com risco potencial para violência, no sentido de verificar a existência de crises situacionais. Deve-se avaliar, por exemplo, no período pré-natal, nas consultas pediátricas, entre outros - famílias em que exista o risco para comportamentos abusivos e propor soluções alternativas, como no caso dos pais em situação de dependência química, orientando e encaminhando-os para tratamento especializado (ALGERI; SOUZA, 2008).

Na atenção terciária, os profissionais atuam quando a situação de violência contra crianças e adolescentes já ocorreu e um dos objetivos, além do tratamento, é a prevenção da recorrência. Quando identificada a situação de violência é importante que o mesmo mantenha uma postura solidária frente à criança e à família, objetivando oferecer suporte para a resolução do problema e não uma punição ao fato, proporcionando estratégias alternativas para a solução de dificuldades no relacionamento familiar (ALGERI; SOUZA, 2008).

Dessa forma, há uma necessidade de criar soluções que venham a facilitar o trabalho e o olhar dos profissionais de saúde no enfrentamento ao abuso sexual infantil, como também buscar uma parceria entre os órgãos responsáveis pelo atendimento às vítimas como: Hospitais, Delegacias de Polícia, Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e Ministério Público, a fim de garantir a proteção integral às crianças e adolescentes.

Na Constituição Federal de 1988 foram estabelecidos princípios e diretrizes organizativas para o SUS que implica para a forma como as decisões relativas às políticas de saúde são tomadas e implementadas. Nesse sentido, os gestores devem executar a política de saúde garantindo a população o direito a saúde de forma plena. (BRASIL, 1988).

De acordo com as Normas Operacionais Básicas - NOB-SUS (BRASIL, 1996) os gestores em saúde devem administrar um sistema de saúde, mediante as competências gerenciais de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria. Essas responsabilidades precisam de amparo legal e habilidade própria, capacidade de análise; compreensão e absorção da informação e eficiência na utilização da informação para a decisão.

O processo de gestão em saúde exige medidas de planejamento, alocação de recursos escassos, avaliação de desempenho e outras atividades básicas de administração, além de reuniões de equipe, padronização de procedimentos, coordenação, direção e controle (MEZOMO, 2001).

O novo modelo de gestão não requer apenas gestores capazes de implantar políticas e novos modelos de atenção, mas que tenham capacidade e competência para administrar graves problemas que se apresentam neste processo (MARTINS; WACLAWOVSKY, 2015).

Mezomo (2001) ainda afirma que esta definição de gestão em saúde sugere que os gestores em saúde são os principais responsáveis pela solução de muitos problemas apresentados pelos serviços de saúde. Isso requer que os gestores tenham sensibilidade, determinação e visão clara, sejam pragmáticos, responsáveis e inteligentes.

A gestão é exercida nos três níveis de governos, no âmbito da União é responsabilidade do Ministério da Saúde, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal competência da respectiva secretaria de saúde ou órgão equivalente e em nível municipal responsabilidade da Secretaria de Saúde ou órgão equivalente (BRASIL, 1990). Assim, exercer suas especificidades e efetivas atividades é primordial.

Neste interim, no que se diz respeito aos casos de abuso sexual infantil, são muitos desafios encontrados, esses gestores precisam estar sempre em busca de qualificação profissional, tendo acesso a diversas informações que tragam conhecimentos para que estes sejam capazes de intervir nesses casos. Os gestores em saúde e demais profissionais são imprescindíveis no combate ao abuso sexual.

## CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto nesse estudo, o abuso sexual infantil é algo bastante presente em nossa sociedade e se caracteriza como um problema de grande relevância, especialmente para a área da saúde, já que, cresce o número de crianças que chegam à rede pública de saúde vítimas dessa violência. Esse espaço se configura como essencial na prevenção e identificação de situações de maus-tratos envolvendo crianças.

A análise dos artigos permitiu constatar que existe grande dificuldade e necessidade dos profissionais de saúde de lidar com esses casos que se apresentam de diversas formas no seu cotidiano profissional. Os profissionais de saúde devem estar comprometidos com a garantia de direitos e com a promoção da saúde. Porém, a maioria se sente despreparados para lidar com estes casos e muitas vezes se veem em meio a conflitos éticos e legais.

A falta de discussão sobre a temática e de conhecimentos científicos por parte dos profissionais dificulta uma abordagem e identificação dos casos de forma correta e isso pode contribuir para a repetição da violência. É preciso mencionar que esse despreparo não deve ser atribuído somente aos profissionais, pois estes também são negligenciados diariamente por falta de capacitação profissional e o trabalho com vítimas de abuso sexual é bastante complexo.

Assim, faz-se necessário que estes profissionais sejam qualificados e ouvidos, através de treinamentos específicos e ações de educação permanente que venham garantir proteção a vítima e apoio aos familiares, lembrando sempre do sigilo profissional que deve ser preservado. Nessa qualificação o papel da gestão em saúde é primordial.

Conclui-se essa pesquisa esperando que os resultados expostos possam contribuir de forma significativa para a Gestão em Saúde e que permita novos estudos e compreensão acerca do tema.

## REFERÊNCIAS

ALGERI, Simone; SOUZA, Luccas MELO. **Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem.** Revista Latino – Enfermagem, São Paulo, v. 14, p. 50-57, julho – agosto 2006.

ANDRÉ, Adriana Maria; CIAMPONE, Maria Helena Trench. **Desafios para a gestão de unidades básicas de saúde.** Revista de Administração em Saúde, São Paulo, v. 9, n. ja/mar, p. 16-21, 2007.

ÁVILA, Janaina Amorim de; OLIVEIRA, Adriane Maria Netto de; SILVA, Priscila Arruda da. **Conhecimento dos Enfermeiros frente ao abuso sexual.** Avanços em Enfermagem, [sl], v. 30, n. 2, p.47-55, jul. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção – guia de orientação para educadores.** Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

BATISTA, V., MORE, C. L. O. O., & KRENKEL, S. **A tomada de decisão de profissionais frente a situações de abuso sexual infantojuvenil: uma revisão integrativa.** Mudanças – Psicologia da Saúde, 24 (2), 49-63. 2016.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. (1990). Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.** Brasília, 2012.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Legislação da Saúde.** Disponível em: <<https://saude.gov.br/legislacao-da-saude>>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

CHAVES, LN et al. **Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da Amazônia brasileira: um estudo exploratório-descriptivo.** Diagn Tratamento. 25(4):138-46. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Abuso Sexual.** Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.org.br/temas/violencia/abusosexual>> Acesso em: 02 de agosto de 2021.

CRUZ MA, et al. **Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa.** Cien Saúde Coletiva, 2020.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DESLANDES, S., CAVALCANTI, L. F., VIEIRA, L. J. E. de S. SILVA, R. M. da. **Capacitação profissional para o enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará, Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, 31(2),431-435. 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário.** Ser social: revista FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas; 1993.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas; 1993.

LUSTOSA, A.P.; PEREIRA, A.S.; MOREIRA, D.P.; SILVA, A.P.S.; MARQUES, L.A.; VIEIRA, L.J.E.S.; **Abuso sexual contra crianças: evidências para o cuidado de enfermagem.** Cadernos ESP, Vol. 8, p. 50-63, Ceará, 2014.

MAGALHÃES MLC, REIS JTLD, FURTADO FM, MOREIRA AMP, CARDOSO FILHO FNF, CARNEIRO PSM, FIRMINO SL. **O profissional de saúde e a violência na infância e adolescência.** Revista Femina ; 37(10)out. 2009.

MARTINS, Caroline Curry; WACLAWOVSKY, Aline Josiane. **Problemas e desafios enfrentados pelos gestores públicos no processo de gestão em saúde**. Revista de Gestão em Sistemas de Saúde - RGSS Vol. 4, N. 1. janeiro/junho. 2015

MENDES, Karina dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto Contexto Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758-64. Florianópolis, 2008.

MEZOMO, João Catarin. **Gestão da qualidade na saúde: princípios básicos**. São Paulo; Manole; 2001. 301 p.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Crianças e adolescentes são vítimas em mais de 76 mil denúncias recebidas pelo disque 100**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/maio/criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-em-mais-de-76-mil-denuncias-recebidas-pelo-disque-100>> Acesso em: 11 de agosto de 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Estatísticas\Crimes sexuais**. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

SILVA, MAI e FERRIANI, MGC. **Violência doméstica: do visível ao invisível**. Revista Latino-americana Enfermagem, 2007.

SILVA PLN, Veloso GS, Queiroz BC, Ruas EFG, Alves CR, Oliveira VV. J. **Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil**. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19482>. Acesso em: 26 de agosto de 2021.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é? e como fazer?** Einstein. v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

TRABBOLD, V.L.M.; CALEIRO, R.C.L.; CUNHA, C.F.; GUERRA, A.M.C. **Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual.** *Psicologia & Sociedade (Online)*, v. 28, p. 74-83, 2016.